



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/01/2019**

# INDICE

---

1. CNJ	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1 - 2
2. ORÇAMENTO	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3

# Cortes de gastos do governo não atingem a comunicação

Pela Lei Orçamentária de 2019 aprovada na AL, a Secap terá disponíveis mais de R\$ 63 milhões para a comunicação do governo e do governador

Em dezembro do ano passado, os deputados aprovaram o projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2019. E mesmo com onda de cortes anunciados pelo comunista e a “necessidade de aumentar impostos”, os gastos com a Comunicação para este ano não sofreram qualquer corte. Pelo contrário, ficaram maiores, em relação ao previsto em 2018.

Segundo a LOA, o orçamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (Secap) será de R\$ 63,5 milhões. Ano passado, os gastos somaram mais de R\$ 58 milhões.

Desse valor para 2019, R\$ 20 milhões estão reservados à “Divulgação das Ações Governamentais”; outros R\$ 6 milhões para a “Realização e Promoção de Eventos”; R\$ 4 milhões para “Publicidade de Atos Legais”; e, ainda, R\$ 8 milhões



Divulgação

**Em 2018, a Secap de Márcio Jerry gastou mais de R\$ 58 milhões**

para “Assessoria de Comunicação”.

## **Total**

No total a LOA tem previsão orçamentária de mais de R\$ 21,2 bilhões em receita. Deste montante, a Educação tem destinação de R\$ 2,7 bilhões. Já em Saúde, o governo vai direcionar R\$ 2,28 bi-

lhões; e R\$ 2,039 bilhões vão para a Segurança Pública.

A Assembleia Legislativa deve receber mais de R\$ 400 milhões, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) mais de R\$ 142 milhões, o Tribunal de Justiça (TJ), R\$ 1,3 bilhão e o Ministério Público Estadual, mais de R\$ 350 milhões. ●

## **CNJ planeja soluções conjuntas para prisões e combate à violência**

Nos primeiros três meses da presidência do ministro Dias Toffoli, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu parcerias para a busca de soluções conjuntas para enfrentar a crise do sistema prisional brasileiro e suas implicações na segurança pública. Governo Federal, sociedade civil e tribunais firmaram acordos com o CNJ para desenvolver ações que aprimorem a gestão do sistema carcerário, que tem população presa crescente a cada ano.

O estímulo à adoção de penas alternativas faz parte de termo de cooperação assinado pelo CNJ, em 24 de outubro de 2018, com o antigo Ministério da Segurança Pública, como medida para fazer frente à superlotação das prisões. O acordo prevê o repasse de recursos ao CNJ para estimular a adoção desse tipo de pena, imposta aos autores de crimes de menor potencial ofensivo e com pena máxima prevista de dois anos de reclusão, a menos que o Código Penal especifique em contrário. Nesses casos, juízes podem sentenciar penas que impliquem o confinamento do preso, penas que restrinjam direitos ou multa.

Embora previstas na Lei 9.099/1995, nem sempre os juízes aplicam as ditas penas alternativas. Com o repasse dos recursos previsto no acordo, o CNJ pode desenvolver soluções para tornar a pena alternativa uma opção viável a juízes, como a implantação de uma rede de centrais de monitoramento de tornozeiras eletrônicas. A estrutura e os equipamentos servem para vigiar os presos que passem a responder pelo crime cometido fora de uma unidade prisional.

**Modernização** - Em novembro passado, também com o então Ministério da Segurança Pública, outro termo foi assinado para fortalecer o projeto do CNJ de modernização do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). A ferramenta prevê a informatização da tramitação dos processos de presos em toda a Justiça. Em muitos estados, os processos de execução penal ainda são de papel. Equipes coordenadas por força-tarefa formada pelo CNJ serão designadas em cada estado que precisar migrar seu acervo de processos para o meio eletrônico. Ao final de 2018, 210 mil proces-

sos de execução penal de várias unidades da Federação estavam cadastrados no sistema centralizado de tramitação de acompanhamento de penas.

Além da digitalização, o projeto também prevê a identificação biométrica de toda a massa carcerária brasileira, estimada em mais de 700 mil pessoas, ação viabilizada após acordo firmado em outubro com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Com dados pessoais e processuais seguros, a Justiça poderá conceder liberdade a quem tiver pena expirada ou a progressão de pena – do regime fechado para o semi-aberto, por exemplo – a quem tiver esse direito, o que deverá acabar com prisões irregulares e reduzir a população carcerária.

**Políticas penais de gestão** - Também foi assinado termo de cooperação com o Ministério de Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O acordo prevê o desenvolvimento de produtos que aprimorem as políticas de

alternativas penais e monitoração eletrônica, além do aperfeiçoamento do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Outro produto a ser entregue ao final da vigência do acordo, julho de 2021, é uma ferramenta de gestão judiciária. A solução de inteligência artificial vai facilitar a extração de informações sobre o fluxo de processos judiciais enviadas pelos tribunais ao CNJ.

**Inserção social** - O CNJ buscou também a sociedade civil para instalar uma política pública de ressocialização de presos e egressos do sistema prisional e reduzir a reincidência criminal. No dia 18 de dezembro, o ministro Dias Toffoli assinou com a presidente do

cia Vilela Marino, termo para fomentar ações que ofereçam chances de estudo e trabalho para presos. Nas prisões brasileiras, apenas 12% dos presos têm oportunidades de estudar e 15%, de trabalhar. A falta de estudo e de perspectivas de emprego fora da criminalidade estimula os ex-presos, um grupo social especialmente vulnerável e estigmatizado no mercado de trabalho, a cometer novos crimes para sobreviver fora da cadeia.

A Humanitas360 criou uma marca de roupas fabricadas por uma cooperativa de presas da Penitenciária Feminina de Tremembé II, no Vale do Paraíba, interior de São Paulo. O projeto capacitou 30

presidiárias na concepção de produtos e administração do negócio, inclusive após a saída da prisão. Desde outubro, a cooperativa comercializa artigos como bolsas, colchas e almofadas.

As informações sobre atividades da Presidência do CNJ podem ser acessadas no Relatório de Gestão – setembro a dezembro de 2018. (*Manuel Carlos Montenegro - Agência CNJ de Notícias*)

Gláucio Dettmar - Ag.CNJ

